

B LETIM **CNM**

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • março de 2018

Legislativo:
Congresso aprova
liberação do AFM

AVANÇO MUNICIPALISTA

Executivo:
Publicada resolução
para finalizar creches

O ano começou com avanços importantes aos Municípios brasileiros. O governo publicou resolução que viabiliza a finalização das creches inacabadas no país. Além disso, por unanimidade, o Congresso aprovou a matéria que autoriza a liberação do Auxílio Financeiro aos Municípios (AFM) no valor de R\$ 2 bilhões. Previsto no Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 01/2018, o montante foi uma reivindicação do movimento municipalista em mobilizações realizadas no ano de 2017.

Mais do que o valor a ser repassado, a aprovação representa a vitória da união e do engajamento dos gestores municipais. Mobilizados em Brasília e nos Estados, prefeitos, vereadores e demais municipalistas demonstraram que as melhorias à população dos Entes

Editorial

locais são possíveis de serem alcançadas quando se trabalha de forma intensa e sincronizada a favor da pauta municipalista.

O Boletim CNM apresenta, ainda, artigo que mostra o panorama das finanças municipais e matéria que trata do sistema de fiscalização do Imposto sobre Serviços (ISS), com as mudanças trazidas com a Lei Complementar (LC) 157/2016.

O **8º Fórum Mundial da Água** também é pauta deste boletim. O evento ocorre entre os dias 18 e 23 de março, em Brasília. A CNM entende que o tema é fundamental às administrações locais. Diante disso, vai promover o Espaço Municipalista: a Água e o Mundo. O evento se propõe a estender os debates sobre recursos hídricos do Fórum.

Família Municipalista

Visitas de prefeitos à CNM



Entrevista

Mais recursos nos Municípios melhora a vida da população, afirma Wilder Morais

A defasagem dos recursos destinados aos programas federais de cooperação entre a União e os Municípios é uma das injustiças que tem preocupado muito a CNM e faz parte do tão sonhado pacto federativo. Há anos a pauta vem sendo ressaltada pela entidade e a emergência na correção deste problema é sempre lembrada pelo líder do movimento municipalista, Paulo Ziulkoski. No Congresso Nacional, tramita a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2015, que dispõe sobre a atualização monetária dos repasses de recursos federais aos Municípios. A *Agência de Notícias da CNM* conversou com o senador Wilder Morais (PP-GO), relator da medida, para saber como a proposta deve efetivamente ser benéfica aos Entes locais.

O senhor é relator de uma importante proposta para os Municípios. A PEC 66/2015 trata da atualização dos programas federais, quando os valores serão atualizados anualmente pelo índice oficial de inflação, sem prejuízo da ampliação de repasses. Como essa proposta vai ajudar nas finanças municipais?

Senador Wilder Morais: A PEC 66/2015 simboliza uma legítima reivindicação dos Municípios brasileiros. Mas, mais do que isso: ela trata do respeito que a União deveria ter tido com os Municípios desde as mudanças efetivadas na Constituição de 1988. Essa PEC assegura que convênios e acordos celebrados entre os dois tenham seus saldos corrigidos, anualmente, pela inflação. Nós sabemos que, muitas vezes, esses acordos vigoram por anos e o Município tem de arcar com os reajustes oriundos dos gastos, que não deixam de sofrer reajustes. Nós sabemos que a maioria dos gastos com prestação de serviços de saúde, educação e segurança recaem sobre a administração municipal. E, apesar da sobrecarga de responsabilidades, não ouvimos falar em reforma do pacto federativo nos últimos governos. Hoje o prefeito que consegue pagar sua folha salarial em dia é um herói. A responsabilidade deste cenário desastroso é da União: que transfere continuamente responsabilidades às prefeituras, mas não entrega as verbas necessárias. Isso precisa



mudar. Eu tenho visto, em Brasília, o quanto o governo tenta centralizar as decisões, enquanto o correto – ao meu ver – seria justamente descentralizar, dar autonomia para as administrações locais, amparando-as com recursos. A União tem de ser uma parceira de verdade dos Municípios. Essa PEC coloca, em palavras simples, o dedo na ferida dessa briga antiga dos prefeitos.

Há algo que o senhor possa fazer para imprimir maior celeridade na aprovação da proposta pelo Senado?

Senador Wilder Morais: Como disse, esta é uma proposta justa e conta com meu total apoio, por isso pedi essa relatoria. Tenho pautado meu debate na defesa dos Municípios. No final do ano passado me tornei o relator desta matéria e já estou construindo o relatório em conjunto com os representantes municipais, inclusive, com a própria CNM. No próximo mês, apresentarei as conclusões à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal e pedirei urgência no debate dessa matéria. Possivelmente, realizaremos audiências públicas com os prefeitos e os governadores para pressionar a União a discutir o pacto federativo como um todo. Hoje a votação das propostas de emenda constitucional está suspensa pelo Decreto de Intervenção Federal no Rio de Janeiro; no entanto, estamos construindo o entendimento para que a discussão siga nas comissões até a votação final, que ocorre em Plenário. Nossa pressão é fundamental para que o governo federal encare esse debate.

Estamos começando o ano legislativo. Como o senhor pretende contribuir para ajudar os Municípios brasileiros nas demais pautas municipalistas?

Senador Wilder Morais: A relatoria da PEC 66/2015 é fruto de um trabalho sólido que tenho feito focando as reivindicações municipais. Nos meus primeiros anos de mandato, já havia apresentado propostas para aumentar o repasse ao Fundo de Participação dos Municípios e cobrar mudanças no pacto federativo. Essa luta ainda não acabou. Em fevereiro, agora, conseguimos aprovar um crédito extraordinário de R\$2 bilhões de reais para os Municípios, sendo R\$ 1 bilhão para saúde, R\$ 600 milhões para educação e R\$ 400 milhões para a assistência social. Para além de todo o trabalho legislativo, os prefeitos sabem: atendo a todos que me procuram, independentemente de cor partidária. O tempo para isso já foi. Sou engenheiro, empresário, não me considero político. Eu estou no Senado porque aprendi a ser gestor. E tenho trabalhado pelos meus prefeitos. Além de ter destinado recursos para os 246 Municípios, acompanho a todos aqueles que me procuram nos ministérios, para destravar demandas e cobrar recursos, liberações de convênio e programas do governo federal. Política, para mim, é isso: ir lá e fazer!

Dado o cenário político atual, o senhor acha que é possível avançar em matérias de interesse dos Municípios, como a questão da reforma do pacto federativo?

Senador Wilder Morais: Certamente. A crise a que muitos Estados chegaram mostra isso: não adianta termos uma União inchada. Descentralizar a gestão e garantir que os recursos estejam nos Municípios melhora a vida da população. Isso porque ela pode participar, efetivamente, cobrando e fiscalizando seus gestores. O governo não pode concentrar tudo em Brasília e achar que tem alguma solução única, que serve para todo o país. Também é necessário que confiemos nos agentes públicos locais, dando apoio técnico e recursos eficientes para que as prefeituras prosperem. Os Municípios merecem respeito e a população tem de vir em primeiro lugar.


 Gestão

Boas práticas: programa de eficiência de gestão reduz gastos em Iracemápolis

Modernizar a gestão pública e conhecer experiências de sucesso de governos estaduais e municipais de maneira simples, independente, personalizada e sem custos. A proposta é do projeto Mais Gestão do Movimento Brasil Competitivo (MBC) e basta um clique para ter acesso à rede de gestores do Brasil. Na plataforma, disponível *on-line*, é possível solicitar as ferramentas customizadas, gerenciar projetos integrados e aplicar o método.

Alguns Municípios já sentiram, nos cofres, os resultados do programa. Em Iracemápolis (SP), a solução Eficiência de Gastos orienta para a adoção de novos processos de ajuste financeiro. A meta é economizar, até agosto de 2018, R\$ 1,3 milhão. José Henrique Nascimento, consultor do MBC, é quem acompanha o Município paulista. Ele explica que essa primeira etapa, de equilíbrio fiscal, prevê ações para o período de um ano. São iniciativas e mudanças simples, mas que, se realizadas em escala, fazem a diferença.



A prefeitura conseguiu, em dois meses, economizar R\$ 216 mil. “De agosto a novembro, fizemos uma extração, tratamento e análise de dados da prefeitura. Era um pacote de gastos específicos, medicamento, merenda, telefonia fixa e móvel, energia elétrica, pessoal e transporte”, lista Nascimento.

O prefeito da cidade de cerca de 23 mil habitantes, Fábio Zuza, explicou que o intuito é gerar uma economia para aplicar melhor os recursos. “A partir de agora, iremos colocar mais foco no que nos foi apresentado para conseguirmos o resultado positivo que almejamos, no sentido de, sempre mais, fazer economia e desenvolver um trabalho

de qualidade no Município”, disse.

Após receberem um passo a passo, os gestores de Iracemápolis definiram um cronograma de atividades. Na atual fase, a Controladoria e o Setor Contábil e Financeiro se reúnem com o MBC mensalmente para analisar os gastos do mês anterior. Assim, os servidores saberão os recursos disponíveis de todas as rubricas do orçamento para comparar com a previsão orçamentária.

Segundo o MBC, o diferencial de criar as metodologias para os casos de maior sucesso é acompanhar a realização das boas práticas e incentivar o aumento da qualidade e da produtividade das organizações do setor público. **“Uma característica do programa é que ele faz com que a prefeitura corra atrás dos resultados, administrativos e financeiros. Ele tem um formato de desenvolvimento e não intensivo. Eu não fico aqui todos os dias dizendo o que eles devem fazer, é mais uma capacitação metodológica e orientação”**, esclarece.


 Institucional

Ação Municipalista percorre o Brasil levando a pauta prioritária dos Municípios

Percorrer o Brasil levando ao conhecimento dos gestores municipais as conquistas obtidas pelo movimento municipalista em 2017, a pauta prioritária para 2018 e os principais pontos que serão abordados na **XXI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios** é o trabalho que a CNM vem desenvolvendo por meio do projeto Ação Municipalista. A iniciativa, criada há alguns anos pela entidade, visita Municípios e promove um debate político com os gestores locais com objetivo de alinhar a atuação.

No mês de fevereiro, o evento teve início pelo Estado de Minas Gerais no Município de Ritápolis, no dia 21. Já no dia 23,

Cataguases recebeu o evento, realizado em parceria com a Associação Mineira de Municípios (AMM), e contou com a presença de diversos prefeitos. O presidente da Confederação, Paulo Ziulkoski, participou do encontro por conferência ao vivo.

No dia 27 foi a vez da cidade mineira de Teófilo Otoni receber a equipe da CNM e discutir a pauta prioritária. No dia 1º de março a visita aconteceu no Município de Governador Valadares. Ainda no mês de março o evento deve percorrer outros Municípios no Estado. E durante o ano a CNM deve visitar outras cidades levando a pauta política para diálogo dos gestores locais.



Artigo

Panorama das finanças municipais

O ano de 2017 apresentou uma retomada discreta da economia em relação a 2016, ano marcado por recessão e desequilíbrio fiscal. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o PIB real no terceiro trimestre cresceu 1,41% em relação ao mesmo período do ano anterior, corroborando a ideia de recuperação, ainda que em ritmo moderado.

De acordo com o Banco Central do Brasil, a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou uma queda por dois semestres consecutivos, tendo uma retomada em novembro, principalmente pela volatilidade de preços de algumas *commodities*, como o milho e a soja, e também do petróleo. O acumulado em 12 meses, até dezembro, é de 2,95%, valor um pouco acima do indicado no período anterior.

Quanto à arrecadação federal, em relatório divulgado pela Receita Federal em dezembro de 2017, houve uma variação de 0,32% em relação a 2016 e um valor acumulado de R\$ 128,775 bilhões no mês. O acumulado anual é de R\$ 1,2 trilhão, apresentando uma variação real de 1% em relação ao ano anterior. Há sazonalidade quanto à arrecadação, variando consideravelmente em alguns meses, como fevereiro e maio, que apresentaram o menor patamar (R\$ 92,358 e R\$ 97,694 bilhões) e janeiro e outubro que tiveram maior resultado (R\$ 137,392 e R\$ 121,144 bilhões). A arrecadação reflete diretamente no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) distribuído, uma vez que o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto de Renda (IR) entram na sua base de cálculo.

O FPM fechou o ano de 2017 com o valor de R\$ 95,04 bilhões, o que representou uma queda de -3,24% em termos nominais comparando com o do ano de 2016, incluindo os recursos oriundos da repatriação, cabe ressaltar que em 2016 houve um aporte de R\$ 11 bilhões ao FPM devido a estes recursos extraordinários, o que auxiliou muito os gestores que estavam encerrando seus mandatos naquele exercício. Se desconsiderarmos estes valores da repatriação de 2016, temos um crescimento do FPM de 7,61% em termos nominais.

A maioria dos Municípios no Brasil tem no FPM sua principal fonte de receita. Como nosso sistema de transferências constitucionais e competências tributárias tem enormes iniquidades, o FPM é o único tipo de transferência que tem um caráter redistributivo fazendo com que, quanto menor o Município e mais pobre, ele receba mais recursos proporcionalmente do que um Município rico. Tal sistema é o que permite minimamente que milhares de comunidades tenham acesso às políticas públicas.

Muito se diz que os valores repassados via FPM seriam um “favor” da União para com os Municípios, o que na visão desta Confederação representa um grande equívoco. O principal motivo dessa discordância é que aos Municípios brasileiros foi dada, pela Constituição de 1988, a possibilidade de arrecadar impostos, taxas e contribuições. Esses impostos são basicamente: IPTU, ISS, ITBI. Todos esses de base tributária urbana, porém cerca de 75% dos Municípios brasileiros são caracteristicamente rurais, ou seja, seus núcleos urbanos são pequenos e sua capacidade arrecadatória consequentemente é pequena também.

O FPM, sendo composto em sua cesta de impostos pelo Imposto de renda (IR) e pelo Imposto sobre Produtos industrializados (IPI), promove um retorno dessa riqueza gerada nos próprios Municípios. Dessa forma, é necessário desmistificar essa transferência constitucional.

Outra informação importante é que o Fundo, na verdade, é dividido em três partes:

- 1 o **FPM Capital**, que compõe as 27 capitais dos Estados e fica com 10% da arrecadação, também rateado entre elas através de um coeficiente que leva em conta sua população e o inverso da renda per capita do Estado;
- 2 o **FPM Interior**, que rateia 86,4% da arrecadação entre todos os Municípios com exceção das capitais, levando em conta somente a variável população que é classificada em uma tabela pre-determinada, e
- 3 o **Fundo de Reserva**, que rateia 3,6% entre todos os Municípios acima de 156 mil habitantes proporcionalmente à sua população.

Tais mecanismos mostram o caráter redistributivo do FPM

Essas receitas próprias dos Municípios, no ano de 2017, apresentaram um comportamento bastante estável. O ISS, segundo estimativas da CNM, teve um crescimento de 3%, o IPTU de 6% e o ITBI de 5%. A partir de 2017, foi conquistada uma nova importante fonte de receita com as alterações promovidas na Lei Complementar 157/2016, que promove uma grande redistribuição do ISS e altera de forma bastante inovadora esse imposto em áreas econômicas importantes do sistema financeiro. A CNM foi a protagonista desta alteração, contribuindo na redação da Lei e também pressionando e convencendo o governo e o Congresso Nacional a derrubar os vetos presidenciais e fazer valer esse direito. Com isso acredita-se que em alguns anos próximos a receita própria dos Municípios será tão importante quanto as atuais transferências constitucionais.

O ano de 2018 traz várias dúvidas e questionamentos a todos. Está havendo uma pequena recuperação econômica e também há a previsão de aumento do PIB em 3%. Além disso, a taxa de desemprego está estável, sendo mais um indicador favorável de recuperação da economia brasileira, mesmo que de forma lenta. Porém haverá eleições majoritárias, o que pode impactar sobremaneira o movimento das tendências econômicas.

Há muitos projetos e pautas de interesse dos Municípios que devem fazer com que a **XXI Marcha em Defesa dos Municípios**, que ocorrerá em maio deste ano, seja bastante concorrida, quando será possível discutir que Brasil queremos para o futuro. Mas, como Confederação que representa os Municípios brasileiros, sempre se recomenda aos gestores municipais que tenham cautela na execução de seus orçamentos e que se mantenham sempre mobilizados e atuantes para conquistar vitórias para seus Municípios e para sua população.

Artigo elaborado pelo consultor Eduardo Stranz em conjunto com a área de Estudos Técnicos da CNM

Finanças

Gestores debatem sobre fiscalização do ISS na sede da CNM

Garantir que os gestores municipais saibam como fiscalizar o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) foi o objetivo de um evento promovido pela Confederação no dia 21 de fevereiro, na sede da entidade, em Brasília. Na ocasião, prefeitos, secretários de finanças e gestores municipais envolvidos com a área de tributos municipais para debater a nova ferramenta.



Ag. CNM

As mudanças – impostas por meio da Lei Complementar (LC) 157/2016 – trouxeram novas possibilidades de arrecadação aos Municípios que atualizaram sua legislação local, no segundo semestre de 2017.

No seminário, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, disse que a reforma do ISS só foi possível pela forte atuação do movimento municipalista, que batalhou para que o imposto fosse recolhido de uma forma mais justa. Ziulkoski lembrou, ainda, que a atuação do deputado Hildo Rocha (PMDB-MA) e do senador Roberto Rocha (PSB-MA) foram essenciais para a votação e a aprovação pelo Congresso Nacional da proposta que tratava da reforma do ISS. “Esses nomes devem ser destacados, pois eles não abandonam a luta dos Municípios”, ponderou o presidente.

Na oportunidade, a equipe técnica da área de Finanças da CNM – composta pelo consultor Eudes Sippel e pelas técnicas Fabiana Santana e Thallyta Alves – apresentou um histórico da atuação da entidade pela aprovação da reforma e ressaltou como a Confederação tem trabalhado para auxiliar os Municípios nesse processo de transição na forma de cobrança do Imposto.

DEBATE

Num segundo momento do evento, a equipe da CNM colocou em debate o Projeto de Lei Complementar (PLP) 461/2017, que tramita na Câmara dos Deputados e trata de medidas que precisam ser adotadas pelos Municípios em relação ao ISS. Na ocasião, a equipe da CNM detalhou o texto do PLP e abriu espaço para que os participantes pudessem sugerir emendas à proposta. A expectativa é de que essas emendas sejam apresentadas aos parlamentares na próxima semana.

As emendas visam especialmente garantir o recolhimento do ISSQN de maneira simples, para os contribuintes, e fiscalizável, para os Municípios. A CNM também informou aos representantes municipais todo o trabalho que foi construído pelo movimento municipalista e está no texto do PLP 461/2017. A partir de agora, os representantes municipais devem discutir qual será a redação mais adequada para as cidades brasileiras e enviar as sugestões até o final do mês de fevereiro. Ainda entre as emendas está a fixação de um dia único para o pagamento do ISSQN e a definição de atribuições tanto para os Municípios quanto para os contribuintes.

HISTÓRICO DA APROVAÇÃO DA LEI DO ISSQN (LEI COMPLEMENTAR 157/2016)

2013

Elaboração pela CNM de proposta de alteração da Lei Complementar 116/2003, que dispõe sobre o ISSQN. Na *XVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, realizada em julho de 2013, a CNM recebeu o apoio do governo federal para a alteração da Lei do ISS. Ainda em 2013, a CNM realizou um total de 45 oficinas técnicas em quase todos os Estados e um encontro em Brasília, coletando sugestões de alterações na Lei com gestores, fiscais e auditores tributários dos Municípios.

2014

Apresentação da proposta de projeto na Câmara pelo deputado Manuel Júnior (PMDB-PB) como PLC 385/214 e no Senado pela senadora Lucia Vânia (PSB-GO) como PLS 168/2014. A partir da apresentação dos projetos foram mais de quatro anos de luta junto ao Congresso Nacional para mostrar aos deputados e senadores a necessidade de reformular a distribuição do Imposto.

2015

Apresentação da emenda que redistribuía o ISS de administração de cartões, *leasing* e planos de saúde. Durante a luta no Congresso para que a matéria andasse a entidade identificou que o Projeto de Lei Complementar (PLC) 366/2013, em tramitação, tratava de temas relacionados ao ISS. Considerando a tramitação avançada da matéria, a CNM articulou junto ao deputado Hildo Rocha (PMDB-MA) para que apresentasse emendas ao projeto. O intuito era garantir a desconcentração da receita do ISS e maior ampliação da lista de serviço, uma vez que o texto original não contemplava todos os pontos de interesse dos Municípios.

2016

Aprovação da Lei Complementar 157/2016 e vetos. Em dezembro de 2016, foi publicada a Lei Complementar 157, que promoveu alterações na legislação do ISSQN. No entanto, a principal inovação da Lei que transferia a cobrança do ISSQN, antes feita no município do estabelecimento prestador do serviço, para o município dos tomadores de serviços foi vetada.

2017

Derrubada dos vetos à Lei Complementar 157/2016. No dia 30 de maio de 2017, os vetos foram apreciados e rejeitados pelo Congresso Nacional. A aprovação da matéria foi resultado de uma intensa luta dos Municípios que por meio da Confederação que desde 2013 busca a desconcentração da arrecadação do ISS.

Institucional

Conselho Político registra avanços em Saúde e Educação

No dia 20 de fevereiro, dezenas de gestores municipais compareceram à sede da Confederação para realização de Reunião do Conselho Político Ampliado. Eles debateram questões relativas aos principais desafios enfrentados pelos Entes locais, especialmente no que se refere às áreas de Saúde e Educação.

O ministro da Saúde, Ricardo Barros, participou da abertura do encontro. Ele comentou a respeito de uma das principais bandeiras do movimento municipalista: a flexibilização no uso das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). Como vem alertando a CNM nos últimos meses, centenas de Municípios possuem UPAs que não estão ativas. Entretanto, para devolvê-las ao governo federal, precisam também devolver os recursos recebidos ao Fundo Municipal de Saúde.

A proposta dos gestores municipais é que os espaços possam ser flexibilizados, de modo a atender às necessidades locais. O pleito foi levado até o Tribunal de Contas da União (TCU), em diversas reuniões. Como encaminhamento, os Municípios foram informados da criação de um grupo de trabalho para debater especificidades do tema.

Barros havia sinalizado que haveria a publicação de um decreto, permitindo essa flexibilização. No encontro, o tema voltou à tona. “Não vai resolver o decreto a flexibilização. A lei é clara, então o decreto não pode contrariar a lei, mas podemos fazer uma consulta com o texto do decreto pronto se isso seria possível”, respondeu Barros. Em seguida, o chefe da pasta sugeriu que os gestores providenciassem um projeto de lei a ser levado até o Congresso Nacional.

Creches

A reunião também contou com apresentação do presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Silvio Pinheiro, e um debate com os prefeitos sobre a construção e a manutenção das creches. O representante da pasta anunciou a liberação de R\$ 100 milhões na próxima semana para os Entes concluírem obras inacabadas. Ele representou o ministro da Educação, José Mendonça Filho, que estava em viagem.



Pinheiro destacou que existem 818 obras inacabadas em todo o Brasil. Em todo o país, são 93 mil estudantes prejudicados e R\$ 267 milhões de prejuízo ao erário pelas interrupções. Tendo em vista o cenário, o órgão criou um plano de ação para incentivar a retomada das obras, além de um grupo no FNDE e interministerial, que conta com a Casa Civil.

A proposta é liberar um total de R\$ 456 milhões. “Os prefeitos devem procurar o Fundo e fazer petição para acessar os recursos”, explicou o presidente. Após a apresentação, Silvio Pinheiro e o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, assinaram um acordo para que a Confederação participe de todos os deba-

tes e as tomadas de decisão que envolvam o Fundo e os Entes.

Ziulkoski citou as creches como um caso concreto de que não basta concluir a obra, é preciso planejar e ter as condições financeiras que mantenham o funcionamento da estrutura. **“É preciso alertar o prefeito de que existe a responsabilidade em sustentar o que se construiu. Da folha de pagamento dos funcionários à previdência dos professores. Tem de ter dinheiro para pagar esse direito [das crianças frequentarem a creche]”**, concluiu, lembrando que existe uma demanda de três milhões de vagas no país para o ensino infantil.

CONQUISTA MUNICIPALISTA

Os primeiros resultados da reunião já foram obtidos no final de fevereiro. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) publicou a Resolução 3/2018, apresentando a possibilidade de os Municípios firmarem novos termos de compromisso para finalizar creches inacabadas.

De acordo com o texto publicado no Diário Oficial da União (DOU), as novas orientações podem ser aplicadas às obras decorrentes de instrumentos cujos prazos de execução tenham se esgotado, sem que o objeto inicialmente acertado entre as partes tenha sido concluído. No

entanto, a para a assinatura do novo instrumento, a Prefeitura deve apresentar laudo técnico atestando o estado atual da obra e a viabilidade da reformulação do projeto.

Dentre as justificativas, desse primeiro passo para cumprir o compromisso assumido com os prefeitos, a normativa do FNDE sinaliza que a mudança de mais de 70% dos gestores municipais, no início do ano de 2017. “O elevado número de convênios e termos de compromissos com prazo de vigência foi expirado no período de transição entre as gestões dos Municípios”, indica a resolução.

Institucional

União Europeia abre agenda para ouvir Ziulkoski

Apresentar o projeto UniverCidades a conselheiros responsáveis pelos setores de Cooperação das Embaixadas dos Estados Membros da União Europeia. Com esse objetivo, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, foi convidado especial da Reunião da União Europeia para Cooperação Internacional e Desenvolvimento.

O UniverCidades é um projeto da Confederação que conta com a parceira da União Europeia. Durante o encontro, Ziulkoski defendeu a importância de a União Europeia desenvolver iniciativas para melhorar o funcionamento dos consórcios no Brasil, inspirados em modelos europeus. “Para nós, é muito honroso poder ser recebido pelos vários países que compõem a União Europeia no Brasil e estimular não só o que es-



está sendo feito, mas também outros projetos que podem trazer frutos para a sociedade brasileira”, disse.

A coordenadora do projeto, Denise Mesias, ressaltou que a ação possibilita a construção de uma plataforma *on-line* que seja referência em gestão pública municipal. Além disso, reconhece experiências inovadoras por meio do Prêmio MuniCiência, permite a replicação de boas práticas e aproxima Universidades, centros de ensino e Municípios.

A fundadora do Movimento de Mulhe-

res Municipalistas (MMM), Tânia Ziulkoski, também participou da reunião, e falou sobre os avanços dos projetos realizados por meio da parceria, desde a criação do próprio MMM, passando pelo resultado do Projeto Mulheres Seguras, e do Projeto Reinserir, que promoveu a reinserção de ex-usuários de drogas na Paraíba.

MuniCiência

O Prêmio MuniCiência faz parte do projeto UniverCidades e visa a espalhar boas iniciativas de gestão. A divulgação do resultado, ocorrerá no dia 19 de março. A partir daí, a votação *on-line* estará aberta até o dia 27 de abril, sendo o resultado divulgado no dia 30 de abril, com reconhecimento na **XXI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios**, que acontece entre os dias 21 a 24 de maio.

Institucional

Municipalistas reforçam pauta com parlamentares

Parlamentares da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Municípios Brasileiros receberam prefeitos e líderes da CNM e de entidades municipalistas estaduais para um café da manhã na Câmara dos Deputados. Em discussão, pontos importantes da pauta municipalista e que estão em tramitação no Congresso Nacional.

O deputado Herculano Passos (PSD/SP) abriu o encontro e ressaltou a importância do trabalho da CNM junto aos parlamentares. “A CNM tem trabalhado muito em prol dos Municípios e estou aqui para reforçar apoio à pauta prioritária municipalista”, disse.

Em seguida, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, ressaltou os importantes pontos da pauta municipalista e que devem ser tratados pelo Congresso Nacional. Uma delas, segundo o líder municipalista, é a necessidade de realizar a correção do piso do magistério, já que o reajuste pesa para as prefeituras.

“O aumento do piso chegou a 160% nos últimos nove anos, enquanto o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que o financia, aumentou 92%. Há um descompasso brutal”, disse.

A senadora Fátima Bezerra (PT/RN) lembrou que há projetos tramitando na Câmara dos Deputados e no Senado Federal que tratam justamente deste tema. “Nós queremos trazer um debate sobre o Fundeb. Essa pauta é defendida pela CNM. Eu proponho 50%. É o caminho mais adequado, mais concreto e mais simples para injetar dinheiro nos Municípios, para formar e qualificar”, citou.

Já o senador Pedro Chaves (PSC/MS) ressaltou que a união dos municipalistas tem se mostrado importante em votações no Congresso Nacional. “Eu digo a vocês, prefeitos, que continuem assim, unidos. A união faz a força”, completou o parlamentar.



 **Conquista**

Aprovado pelo Congresso, AFM prevê repasse extra de R\$ 2 bilhões

Conquistar recursos emergenciais – diante do cenário nacional político-financeiro – era uma ambição considerada impossível. Contudo, prefeitos de todo o país acreditaram, foram à luta e, agora, comemoram a aprovação do repasse de R\$ 2 bilhões na forma de Auxílio Financeiro aos Municípios (AFM). A reivindicação de verba emergencial para auxiliar os gestores locais no fechamento das contas ganhou destaque e assumiu o primeiro item da pauta prioritária do movimento municipalista no segundo semestre de 2017.

No dia 20 de fevereiro, o Congresso Nacional aprovou a liberação da verba. Na forma do Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 1/2018, o texto aprovado pelos parla-

mentares abriu crédito especial para as prefeituras investirem em Educação, Saúde e Desenvolvimento Social. O resultado da votação e a conquista dos recursos, segundo destaca o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, demonstram a força do movimento municipalista e a importância de os prefeitos trabalharem unidos em busca de objetivos comuns.

O projeto estabelece, ainda, que os recursos necessários à abertura do crédito decorrem de anulação de dotações orçamentárias. Do valor total, serão R\$ 600 milhões para educação; R\$ 1 bilhão para a saúde; e R\$ 400 milhões para a assistência social pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Agora, para que os prefeitos tenham, de fato, a verba, é



Luis Maeceto / Ag. Câmara

necessária sanção presidencial do presidente da República, o que deve ocorrer até março.

“Foi um gesto do presidente Eunício e reconhecimento da situação dos Municípios”, afirma Ziulkoski, referindo-se à aprovação da matéria no Parlamento, por unanimidade, apenas 11 dias após ter sido enviada pelo governo federal ao Congresso.

Histórico da Conquista do Apoio Financeiro aos Municípios – AFM

OUTUBRO 2017

Agravada a crise nas administrações municipais, prefeitos são obrigados a adotarem medidas extremas, como demissões e atrasos nos pagamentos de fornecedores. A situação incendiou inicialmente os gestores nordestinos, que partiram, em caravanas, para Brasília. Os mais de 400 gestores de Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe sabiam o que queriam: auxílio financeiro emergencial. Em reuniões com a diretoria da CNM e com representantes do Legislativo Nacional, a demanda ganhou força e os municipalistas buscavam encontro com o presidente da República para solicitar novo AFM no valor de R\$ 4 bilhões.



JANEIRO 2018

O presidente da CNM se reuniu diversas vezes com ministros e parlamentares para reforçar o compromisso assumido pelo governo federal de repassar o montante. Foram realizadas, ainda, reuniões de gestores municipais com bancadas em vários Estados para viabilizar o envio do projeto de lei ao Congresso Nacional.



NOVEMBRO 2017

In loco, os líderes municipalistas estaduais de diversos Estados articularam com as bancadas estaduais e promoveram audiências em busca de apoio dos parlamentares. Nova mobilização nacional foi agendada na capital federal. Com o tema “Não Deixem os Municípios Afundarem”, a mobilização reuniu pelo menos três mil pessoas em Brasília. Os gestores alteraram a rotina política do país. Temer recebeu a liderança do movimento municipalista e prometeu a transferência da verba por meio do FPM. Os municipalistas retornaram aos seus Municípios com o anúncio de AFM no valor de R\$ 2 bilhões.

DEZEMBRO 2017

O último mês do ano e a pressão para fechar as contas angustiavam os prefeitos. Foram realizadas novas reuniões para pressionar representantes do governo federal e do Legislativo. Últimos dias do ano, o movimento municipalista protocolou novo ofício na presidência da República solicitando que o compromisso fosse assumido, além da divulgação de nota de repúdio condenando o descumprimento da promessa feita pela maior autoridade brasileira. Faltando poucas horas para terminar o último dia útil do ano, a MP foi publicada. O texto condicionava a liberação dos recursos à aprovação por parte do Congresso.

FEVEREIRO 2018

As reuniões com governo, senadores e deputados se intensificaram. Em encontro com prefeitos do Ceará, o presidente do Senado reforçou o compromisso assumido com os Municípios. No dia 9 de fevereiro, o governo enviou o PLN 1/2018 ao Congresso. No mesmo dia, a matéria foi inserida na pauta de votações do dia 20. Reunidos em Brasília, lideranças municipalistas e prefeitos realizaram encontros com líderes dos partidos para possibilitar a aprovação do texto. Após debate acalorado, parlamentares aprovaram, por unanimidade, o PLN.



Finanças

Confederação esclarece dúvidas dos gestores sobre Cauc

Publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a Portaria 18/2018 define as regras para atualização dos registros do Cadastro Único de Convênios (Cauc). Seu conteúdo tem despertado várias dúvidas nos gestores municipais. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) responde aos principais questionamentos.

O texto da nova portaria propõe alterações específicas nos dispositivos da Portaria Interministerial 424/2016. Essa última estabelece normas para as transferências de recursos da União, mediando convênios e contratos de repasse.

As principais mudanças ocorrem para os Municípios com até 50 mil habitantes. Foi aprovada no Congresso Nacional a Lei 13.602/2018, que faz alterações na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano. Agora, mesmo com apontamentos no Cauc, o gestor municipal pode assinar convênios com o governo. Entretanto, a emissão dos valores só acontecerá quando as pendências forem regularizadas.

Já para as cidades com população superior a 50 mil habitantes, o fluxo segue o mesmo. A verificação dos requisitos para o recebimento das transferências se dará no momento de assinatura do convênio, bem como na assinatura dos acréscimos de valor. Não há verificação nas liberações financeiras de recurso, que obedecerão cronograma de desembolso previsto no instrumento acordado.

Próximos passos

Uma reunião realizada pela Rede do Sistema de Convênios (Siconv) em meados de fevereiro abordou as mudanças na LDO, que ressoam no funcionamento do Cauc. A Confederação esteve presente no encontro, juntamente com representantes da Caixa Econômica Federal (CEF), Ministério do Planejamento e Tribunal de Contas da União (TCU). E, mais uma vez, buscou um posicionamento oficial, tendo em vista as distintas interpretações sobre a nova portaria.

Segundo o Ministério do Planejamento, fica mantido o entendimento de que os Municípios com até 50 mil habitantes podem assinar convênio, apesar das restrições, mas precisam regularizar as pendências para receber os repasses. E de que a conferência será feita apenas

uma vez, e não em cada repasse. Entretanto, a confirmação dessa leitura só virá na próxima reunião da comissão gestora da Rede Siconv, prevista para o mês de abril.

Visão municipalista



Ag. Câmara

Para a Confederação, essa alteração na LDO 2018 – proposta pelo deputado Vicentinho Júnior (PR-TO) – é positiva para os Municípios, pois confere a eles mais tempo para regularizar suas pendências. Pelo texto antigo, que ainda vale para as cidades com mais de 50 mil habitantes, o Município inscrito no Cauc ficava impedido de celebrar contratos e, então, perdia o acesso aos recursos. A partir da nova LDO, as pequenas cidades podem ir providenciando a normalização dos apontamentos existentes, sem perder os recursos.



Conteúdo exclusivo

Tenha acesso a todas as informações da CNM: dados estatísticos, base de dados, panoramas e ferramentas de diagnóstico. Tudo isso você encontra na área de conteúdo exclusivo do Portal da CNM. Ainda não tem acesso? Então, entre em contato pelo e-mail atendimento@cnm.org.br ou pelos telefones (61) 2101-6060 / 2101-6059.



Fique conectado!

Receba informações diárias sobre o dia a dia da Gestão Pública e da Atuação do movimento municipalista no Congresso Nacional. Faça parte da lista de transmissão da Confederação Nacional de Municípios (CNM) no *WhatsApp*. Para participar, basta entrar no *site* da Confederação e se cadastrar na página inicial.

Institucional

Definida nova gestão da Confederação

O processo para a escolha da 17ª Diretoria da Confederação Nacional de Municípios ocorreu durante todo o mês de fevereiro e início de março. A votação foi realizada por meio eletrônico no dia 2 de março.

No dia 20 de fevereiro, a Comissão Eleitoral divulgou a homologação da chapa número 01. A Comissão Eleitoral é composta por três titulares e três suplentes, sendo a atual formada pelos prefeitos de Pirenópolis (GO), João Batista Cabral; de Tapes (RS), Silvio Luis Rafaeli; e de Feira Nova (PE), Danilson Gonzaga.

As informações referentes a todas as etapas das Eleições 2018 CNM estão disponíveis na página da entidade em um hot site específico: www.eleicoescnm2018.com.br.

Veja a Gestão 2018-2021 da CNM:

CONSELHO DIRETOR	
Presidente	Gladimir Aroldi
1º Vice-Presidente	Julvan Rezende Araújo Lacerda
2º Vice-Presidente	Eures Ribeiro Pereira
3º Vice-Presidente	Jairo Soares Mariano
4º Vice-Presidente	Haroldo Neves Soares
1º Secretário	Hudson Pereira de Brito
2º Secretário	Eduardo Gonçalves Tabosa Junior
1º Tesoureiro	Jair Aguiar Souto
2º Tesoureiro	João Gonçalves Junior
CONSELHO FISCAL	
Titular	Jonas Moura de Araújo
Titular	Expedito José do Nascimento
Titular	Christiano Rogério Rego Cavalcante
1º Suplente	Pedro Henrique Wanderley Machado
2º Suplente	Marilete Vitorino de Siqueira
3º Suplente	Cleomar Tema Carvalho Cunha

CONSELHO DE REPRESENTANTES REGIONAIS	
Titular da Região Norte	Francisco Nelio Aguiar da Silva
Suplente da Região Norte	Wagne Costa Machado
Titular da Região Sul	Marcel Henrique Micheletto
Suplente da Região Sul	Alcides Mantovani
Titular da Região Sudeste	Daniela de Cássia Santos Brito
Suplente da Região Sudeste	Luciano Miranda Salgado
Titular da Região Nordeste	Rosiana Lima Beltrão Siqueira
Suplente da Região Nordeste	Roberto Bandeira de Melo Barbosa
Titular da Região Centro-Oeste	Rafael Machado
Suplente da Região Centro-Oeste	Pedro Arlei Caravina

+ Saúde

Portaria traz mudanças no financiamento da Saúde

A Portaria 3.992/2017 regulamenta a Lei Complementar 141/2012, fazendo o ajuste dos blocos de financiamento. Com isso, ficam criados dois blocos de financiamento de saúde: o de custeio e o de financiamento. Essa era uma demanda da CNM, que foi atendida pelo Ministério da Saúde.

Com a criação dos dois blocos, há uma unificação. Antes, eram cinco blocos de custeio das ações e dos serviços públicos de saúde. Os Municípios tinham inúmeras contas-correntes para receber os recursos do governo federal. Agora, apenas uma conta-corrente vai receber os de custeio e outra a de financiamento.

Na de custeio, os Municípios vão receber todos os recursos dos programas, das estratégias implantadas no Município. Já o bloco de investimento receberá todos os recursos de obras, de aquisição de equipamentos, de reformas e de adequações. A medida já

está em funcionamento, o que facilitou o acompanhamento e o recebimento desses recursos.

Aos Municípios que receberam recursos de convênios e contratos antes de 2018, as contas serão mantidas separadamente. A CNM recomenda que os Entes não transfiram esses recursos para a nova conta de custeio, porque o gestor deverá ter um controle orçamentário rigoroso de tudo o que transferiu e prestar contas. A entidade ressalta que o gestor poderá executar o recurso que está nas contas até zerar e depois encerrá-las.

Destaca-se que os recursos continuam vinculados à fonte programática. Com isso, é importante que o gestor municipal tenha cuidado na execução orçamentária. No relatório de gestão, deverá apresentar o que recebeu na fonte programática ao final do exercício, apresentando valor por área e quanto foi gasto.

Piso Fixo de Vigilância em Saúde

Municípios que não repassaram informações do boletim entomológico de Infestação por *Aedes Aegypti* (LIRAA) estão com as transferências de recursos financeiros do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde suspensas. A medida foi publicada em Portaria publicada no Diário Oficial da União no dia 7 de fevereiro.

Ao todo, apenas 89 Municípios não cumpriram a obrigatoriedade do envio. Caso se encontre nesta situação, o Município tem 90 dias, ou seja, até 10 de maio para regularizar a situação. Feito isso, a regularização do repasse ocorrerá com a transferência retroativa dos recursos anteriormente suspensos.

A CNM ressalta que o LIRAA é uma ferramenta fundamental para o controle vetorial e a prevenção de arboviroses de grande relevância para a saúde pública, como dengue, zika vírus, chikungunya e febre amarela.

Turismo

Mapa do Turismo Brasileiro: atualização mostra fortalecimento do setor

A atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, divulgada no início de fevereiro, mostrou o fortalecimento do setor em diversos Municípios do país. Com a nova versão do instrumento, que acompanha o desempenho econômico das cidades que se destacaram no setor, foi possível identificar o crescimento do turismo em 358 localidades.

A área técnica de Turismo da Confederação Nacional de Municípios (CNM) vem pautando junto ao MTur assuntos de interesses dos Entes locais e acompanha criteriosamente as ações referentes ao Mapa do Turismo. Destaca-se que foi a partir de pauta proposta pela Confederação em reunião do Conselho Nacional de Turismo que os critérios do Mapa foram revistos em 2016, inclusive quanto à periodicidade, que agora acompanha o mandato dos gestores municipais.

Nesta atualização, o relatório chamou atenção para o fortalecimento de regiões, o que demonstra a força de um trabalho das prefeituras e dos setores de comércio e serviços. Alguns exemplos são: as Trilhas do Rio Doce, em Minas Gerais, onde nove cidades subiram de categoria; as regiões de Corredores das Águas (PR) e do Vale do Contestado (SC), nas quais seis cidades de cada um dos Estados mudaram de posição; Chapada Diamantina (BA); Encantos do Sul (SC); Turística Pantanal Mato-Grossense (MT) e Rota Norte (MS). Houve, por outro lado, queda no desempenho de algumas áreas, tanto pela redução do fluxo turístico quanto pelo encolhimento da mão de obra e infraestrutura.

Por meio da análise de quatro variáveis – número de empregos, de estabelecimentos formais no setor de hospedagem, estimativas de fluxo de turistas domésticos e internacionais –, o Ministério do Turismo (MTur) classificou os Entes em letras, que vão de “A” a “E”. A busca por apoio financeiro junto ao MTur é permitida às classificadas de “A” a “D”. Aqueles que recebem a nota mais inferior, “E”, ficaram impossibilitados de enviarem projetos.



● Pirenópolis (GO)

Além das regiões citadas, passou de categoria “B” para “A” o Município de Pirenópolis. O prefeito, João Batista Cabral, credita a conquista aos diferenciais geográficos – como as cachoeiras –, à culinária regional e à rede hoteleira. Segundo o gestor, o Mapa foi um grande incentivo para manter o turismo como prioridade no plano diretor.

A prefeitura aguarda a aprovação de verbas para trazer à cidade um novo evento. “Nós só trabalhamos com recurso do Município no ano de 2017 e, ainda assim, foi possível investir em higiene pública e obras que estavam paradas. Entre os eventos tradicionais, temos a Feira Literária, o Canto da Primavera, inúmeras corridas e prova de *mountain bike*. Agora, a intenção é fazer com que a cidade entre no circuito do Mangalarga marchador”, conta.

● Sertaneja (PR)

Dentre os Municípios que seguiram as orientações da CNM e conseguiram ingressar

no Mapa, Sertaneja (PR) ganha destaque. Isso porque, em um país com milhões de desempregados, a gestão viabilizará a geração de emprego e renda, além do desenvolvimento regional, de forma mais intensa, com a inclusão do turismo ecológico no Mapa. Ao obter orientações técnicas da entidade, o prefeito Jamisson Donizete identificou as potencialidades de sua região, e, juntamente com os servido-

res municipais da área, tem buscado meios para fazer uma grande transformação por meio do setor.

Em entrevista à *Agência de Notícias CNM*, a diretora de esporte e turismo, Anete Andrade Frederico, contou que a gestão municipal tem focado em duas potencialidades, a implantação do resort Hard Rock Hotel, na ilha do Sol; e a represa capivara, que conta com margem de aproximadamente, 100 quilômetros. Essa envolve 12 regiões paranaenses, além Municípios paulistas.

“A região é predominantemente agrícola, mas um potencial riquíssimo para explorar no turismo. Primeiro pela localização privilegiada, o Município faz divisa com o Estado de São Paulo. Tem um grande diferencial, também, que é o encontro de dois grandes rios, o rio Congonhas com o rio e Tibagi e o encontro do rio Paranapanema com o rio Tibagi. Aliada a isso, a represa Capivara tem margem para se explorar o turismo náutico”, contou a gestora municipal.



Evento

Grupos de Trabalhos vão elaborar propostas para presidenciais

A **XXI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios** acontece este ano entre os dias 21 e 24 de maio. Realizada desde 1998, o evento se tornou o maior de atuação política do Brasil, chegando a reunir mais de 8 mil participantes, entre prefeitos, secretários municipais, vereadores, senadores, governadores, parlamentares estaduais e federais, ministros e presidentes da República.

Nesta edição da Marcha, que ocorre em ano eleitoral, os participantes terão a oportunidade de ouvir as propostas dos candidatos à Presidência da República. Buscando um compromisso de todos por um país melhor, serão debatidos, com a presença de membros da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Executivo, os desafios comuns dos Municípios. O evento ocorre no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB).

Com o objetivo de produzir documento a ser entregue para os presidenciais das eleições 2018 durante a **XXI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios**, a CNM organizou Grupos de Trabalho para consolidar as propostas. O projeto segue o tema da Marcha “Compromisso com o Brasil” e vai trazer importantes pontos com mudanças sensíveis e que podem ser trabalhadas em benefício do municipalismo brasileiro. Além deste documento, será ainda elaborada uma carta para a sociedade, com a meta de sensibilizar a população acerca das demandas.

O primeiro momento dos Grupos de Trabalho conta com consultores e responsáveis pelas áreas técnicas da CNM, que fazem o le-

vantamento de dados e estudos existentes na entidade. Em seguida, há discussão interna para selecionar a estratégia e os principais pontos a serem utilizados do levantamento obtido. As propostas serão debatidas em uma primeira oficina, que acontece nos dias 7 e 8 de março internamente, quando os Grupos vão falar entre si e resultará em um primeiro documento com propostas pragmáticas. No encontro, serão trabalhadas três vertentes, divididas em painéis que vão trabalhar três eixos: I) Estudos das Competências, Financiamento e Transferências Voluntárias; II) A Eficiência do Estado Brasileiro e o Fortalecimento do Ente Municipal; III) A Representatividade Política Municipal, Gestão e Governança.

Depois, acontece uma segunda oficina, programada para os dias 27 e 28 de março. Neste momento, representantes da CNM vão passar o resultado da primeira oficina para especialistas de outros órgãos e instituições, ligados ao assunto tratado.

Por fim, acontece a última oficina, que vai trabalhar em cima do documento elaborado pela equipe da segunda oficina. Neste momento, além da CNM e de especialistas, serão ouvidos representantes do Executivo, do Legislativo, da Controladoria e Tecnologia. Desta discussão, será consolidada a proposta para os presidenciais e a carta para sociedade.

“A redefinição de um novo pacto federativo, que garanta autonomia ao Ente municipal, é um caminho longo, mas

talvez o único capaz de superar as dificuldades que se repetem há vários anos”, aponta Ziulkoski, na carta de convocação do evento. Nessa ideologia, se faz tão importante a presença de representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, além do futuro governante da nação brasileira.

Inscrições

Prefeitos e prefeitas, vereadores e vereadoras, além de gestores municipais podem participar da Marcha. As inscrições com preço promocional acontecem até o dia 20 de abril. A grande novidade deste ano é que o pagamento será feito exclusivamente via boleto bancário. Lembrando que prefeitos têm isenção na taxa de inscrição.

A CNM destaca a importância de os gestores municipais se organizarem para a vinda à capital federal. Como o evento movimentará uma grande quantidade de pessoas, é necessário que faça com antecedência reserva de voo e hospedagem para o período.

Para facilitar o acesso às informações da Marcha, a CNM lançou o *hotsite* do evento. Na página, é possível ter acesso à programação preliminar, ao vídeo sobre o evento e à convocação de Ziulkoski, além das inscrições e das fotos da edição de 2017 e de contagem regressiva para a abertura do maior evento mundial de autoridades municipais. Acesse www.marcha.cnm.org.br para ter mais informações sobre o evento.

XXI de 21 a 24 de maio de 2018
MARCHA
A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS





Pesquisa inédita da CNM desvenda trajetória das mulheres prefeitas no Brasil

Nas últimas décadas, as mulheres vêm mostrando sua força e ampliando sua participação, seja no mercado de trabalho ou na vida política. No entanto, essa trajetória nem sempre foi cor-de-rosa. É o que confirma a Confederação Nacional de Municípios (CNM) em um levantamento inédito, que avalia o processo histórico de eleição de mulheres como prefeitas no país.

Realizado em parceria com a Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh), o material ilustra um cenário real da desigualdade de gênero na representatividade política das mulheres nos últimos 90 anos, desde a primeira prefeita eleita, em 1928, até as eleitas em 2016. O estudo também faz um recorte do período compreendido entre 1972 e 2016. A escolha, justificam os pesquisadores, é que somente a partir da década de 1970 há informações suficientes a respeito das eleições, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Luísa Alzira Teixeira Soriano foi a primeira mulher do Brasil a assumir o cargo de prefeita e também a primeira da América Latina. Já em 1928, ela disputou as eleições para a cidade de Lajes (RN) e venceu o pleito com 60% dos votos. A efervescência do momento sufragista e a influência de seu pai, um líder político local, foram alguns dos ingredientes que resultaram em sua postura incomum à época.

Mesmo com a inserção da mulher na política, o cenário predominantemente masculino se mantém nos anos seguintes. Para se ter uma ideia, no ano de 1972, somente 58



prefeitas em todo o Brasil foram eleitas ao cargo. No pleito de 1976, apenas 59. Esse número subiu para 83 prefeitas em 1982, mas fica irrisório diante da existência de 5.568 Municípios brasileiros.

Uma análise mais recente revela um aumento na participação feminina na gestão de governos locais. Em 2008, foram eleitas 503 mulheres; número que chegou ao seu ápice no pleito de 2012, quando um total de 659 prefeitas foram escolhidas. Todavia, o número de gestoras municipais eleitas em 2016 caiu para 643.

Os pesquisadores notam, ainda, que mesmo com os avanços, o processo não foi linear. Houve momentos em que a participação feminina diminuiu na política, quando comparadas às porcentagens de prefeitas eleitas entre os pleitos. É o que revela o gráfico a seguir:

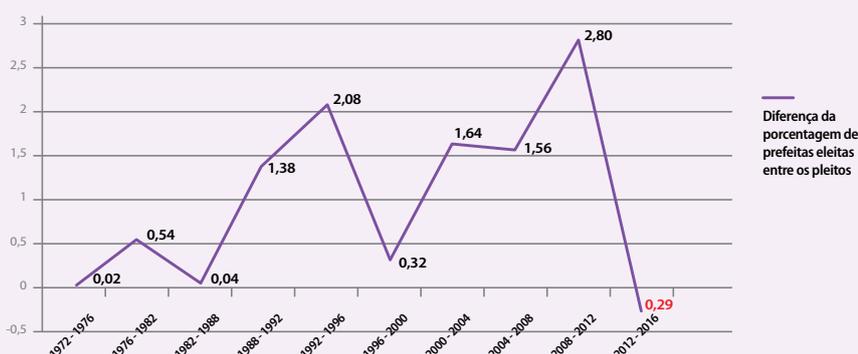
Para a diretora da Redeh, Schuma Schumacher, a relevância da pesquisa está em desvendar o que se sabia em termos apenas numéricos. Até a realização do levantamento, a trajetória dessas mulheres que estiveram à frente das prefeituras era desconhecida. “É uma saudável provocação no sentido de valorizar, dar visibilidade e fazer com que outras mulheres possam se interessar pela pesquisa. E que outras jovens possam ser incentivadas a participar da vida local”, afirmou a diretora.

MMM

Lançado em 2017, o **Movimento Mulheres Municipalistas (MMM)** foi uma iniciativa da Confederação para dar voz e visibilidade às mulheres inseridas na política em nível local. Além disso, o projeto cria uma rede na qual elas ajudam a fortalecer as pautas municipalistas.

Os trabalhos do MMM são liderados pelas fundadoras Tânia Ziulkoski e Dalva Cristofolletti. O grupo conta com a participação de mulheres indicadas pelas entidades municipalistas estaduais, que representam o Movimento nos seus respectivos Estados. Juntas, elas participam ativamente das reuniões do Conselho Político da CNM.

Diferença da porcentagem de prefeitas eleitas entre os pleitos



Institucional

Campanha Viva seu Município reforça compromisso com realidade local

Este ano, a campanha **Viva seu Município** volta seu olhar para o compromisso, tanto do prefeito quanto do cidadão, em garantir a sustentabilidade do Município. Na edição de 2017, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) havia orientado os gestores que dialogassem com a comunidade e colhessem sugestões. Agora, a ideia é dar um retorno de algumas dessas iniciativas para a comunidade.

Com o *slogan* “O compromisso de todos começa aqui”, a entidade reforça a importância de os gestores municipais adotarem a transparência no diálogo com o cidadão. Faz parte do compromisso de ser prefeito. Por outro lado, também lembra o cidadão de que ele precisa ter um papel ativo e acompanhar o andamento das ações locais. O diálogo deve ser uma via de mão dupla.

Para auxiliar os gestores, a CNM criou um *hotsite*. A página reúne todo o material necessário para que os prefeitos possam participar da campanha Viva seu Município. Entre o conteúdo disponível, está o Guia de Mobilização, que apresenta em detalhes as conquistas do movimento municipalista em 2017 e as pautas prioritárias para este ano. Ele também revela um panorama com dados por Município referentes às conquistas obtidas em 2017.

O intuito é munir os prefeitos de informações para um diálogo sólido com a comunidade. A Confederação preparou ainda um guia para mobilizar os cidadãos e orientar os Municípios sobre algumas ações que podem ser realizadas no decorrer da campanha.

Todos os materiais estão disponíveis para *download* gratuitamente no *hotsite* e já se encontram prontos para impressão. As prefeituras que desejarem também podem inserir suas logomarcas nas peças, reforçando sua adesão ao movimento.

A Confederação orienta os gestores que façam os registros de suas ações durante a campanha *Viva seu Município*. Fotos ou vídeos das reuniões, entrevistas e encontros com a comunidade farão parte da memória da campanha deste ano. Os registros devem ser enviados para: vivaseumunicipio@cnm.org.br.



O **Bate-papo CNM** do dia 23 de fevereiro teve uma programação especial: o Dia do Municipalismo. A transmissão foi feita a partir do estúdio em Brasília, como tradicionalmente ocorre. No entanto, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, participou ao vivo do Bate-papo, que também foi transmitido em tempo real aos participantes do Ação Municipalista em Cataguases (MG). Em sua fala, Ziulkoski falou sobre a importância da data. “Nesse dia, nós implementamos a campanha Viva seu Município, que se idealizou desde 2014. E está sendo reproduzida anualmente, a cada ano com maior número de Municípios”, disse.

Histórico

A campanha **Viva seu Município** foi lançada em 2014, com um propósito inédito: chamar o cidadão para que ele pudesse compreender a realidade municipal. Nesse período, as milhares de prefeituras brasileiras atravessavam a pior crise financeira da história. Os recursos federais eram poucos e as obrigações eram várias.

O cidadão precisava compreender isso. O *slogan* “você nasceu aqui, não o deixe morrer” fazia um apelo para que comunidade e prefeitos lutassem juntos por melhores condições aos Municípios. Em 23 de fevereiro, data que marca o Dia do Municipalismo, foi dado o início oficial da campanha. E, nos meses seguintes, prefeituras de todo o Brasil estiveram engajadas em dialogar com o cidadão, por meio de reuniões, rodas de conversa e eventos.

Para se ter uma ideia, mais de 1.800 cidades, de 24 Estados, somaram esforços na primeira edição da campanha **Viva seu Município**. O engajamento se manteve nos anos subsequentes, razão pela qual a iniciativa ganhou um lugar permanente no calendário municipalista.

 Meio Ambiente

Espaço Municipalista convoca gestores para debates sobre uso da água

A utilização sustentável dos recursos hídricos tem sido tema de discussões em todo o mundo. Entre os dias 18 e 23 de março, Brasília será palco de mais uma delas: o **Fórum Mundial da Água**. O evento, que já está na sua oitava edição, é o maior encontro global sobre o tema.

Desde que foi criado, esta é a primeira vez que o Fórum ocorre no Hemisfério Sul. Sua programação está ancorada em cinco grandes grupos: o primeiro, chamado de processo regional, identifica boas práticas locais e regionais. O eixo processo temático, por sua vez, mobiliza esforços para identificar soluções para temas prioritários, estabelecendo objetivos e metas.

A entidade abre as portas para receber os gestores municipais com o Museu Municipalista. A instalação, chamada de “gotas do futuro”, permitirá interação com os participantes, traduzindo os desafios que a água representa para o mundo e os benefícios de uma gestão mais consciente

Já o fórum cidadão busca estreitar o diálogo com a comunidade, implementando soluções por meio da ação do cidadão. O quarto e último eixo foca no processo político, abrindo espaço para reuniões entre governo, parlamentares, representantes do Poder Judiciário e autoridades locais.

Como explica a CNM, esse é um ambiente importante para os prefeitos apresentarem os de-

safios de suas cidades sobre o tema da água, bem como boas práticas de gestão. As inscrições para o 8º Fórum são pagas e podem ser feitas diretamente pelo *hotsite* do evento: www.worldwaterforum8.org.

Diálogo municipal

A Confederação entende que o tema da água está diretamente conectado com as administrações municipais. Por esse motivo, promove o Espaço Municipalista. O evento se propõe a estender os debates sobre recursos hídricos do Fórum.

Com o tema “a água e o mundo”, o Espaço faz um recorte do tema para a situação municipal. A ideia é que ele possa servir para debater a necessidade de avanços nas leis e nas políticas públicas brasileiras, promover discussões acerca da responsabilidade de cada um dos Entes e compartilhar soluções inovadoras a respeito do tema.

Ainda no evento, a CNM irá lançar a cartilha **Águas no Brasil: perspectivas e desafios municipais**. A publicação vem para evidenciar os desafios municipais em gestão hídrica, abordando as consequências das mudanças climáticas, o financiamento e o panorama dos recursos hídricos no Brasil.



Atividades Previstas

Será promovida uma roda de intercâmbio de experiências, com convidados internacionais. Haverá participação especial do presidente da Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações (Flacma).

Um festival de curtas-metragens sobre o tema da água será exibido aos participantes do evento. Alunos de duas escolas locais também estarão presentes. O papel da mulher no manejo da água irá compor um dos painéis temáticos do encontro, com o Movimento Mulheres Municipalistas (MMM).

Outro assunto importante, contemplado nos debates, será os desafios em aliar a convivência com a seca e o financiamento de recursos hídricos. Boas práticas de todas as regiões do país terão lugar também no evento.

A programação reserva ainda dois momentos para qualificar a gestão local. O primeiro deles é a Oficina de Sistematização e Captação de Recursos Internacionais. A iniciativa pretende orientar gestores para a escrita de propostas de inscrições em prêmio nacionais e internacionais.

O segundo é a capacitação Ação da gestão Municipal em Mudanças Climáticas, promovida pela CNM como resultado da parceria entre a entidade e o Programa Internacional de Cooperação Urbana (IUC), que habilita cidades para compartilharem soluções a problemas em comum de desenvolvimento urbano sustentável.